



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH) BACHARELADO
EM HUMANIDADE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LUIS VALDO MANUEL ANDRÉ

O ATENDIMENTO NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR PARA AS CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUNICÍPIO DE CACUACO, NA PROVÍNCIA
DE LUANDA (ANGOLA).

Acarape - CE

2022

O ATENDIMENTO NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR PARA AS CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUNICÍPIO DE CACUACO, NA PROVÍNCIA
DE LUANDA (ANGOLA).

LUIS VALDO MANUEL ANDRÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Humanidades – IH da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira – UNILAB, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Dr.^a Geranilde Costa e Silva

Acarape - CE

2022

LUIS VALDO MANUEL ANDRÉ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades – IH da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Geranilde Costa e Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof^ª. Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva - ILL

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof^ª Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira - ICEN

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela força e saúde durante a realização deste projeto de pesquisa.

Sou grato aos meus familiares, de modo particular meu pai João Manuel e minha mãe Isabel João, que sempre me deram muito apoio e amor incondicional. Desde muito cedo, meus pais são minha fonte de inspiração, me incentivam e continuam incentivar na minha formação mesmo a distância. Sempre esquecer os meus irmãos José Alcides e Miguel João e minhas irmãs Celma Celeste e Nazaré da Consolação.

Agradeço a minha orientadora professora Geranilde Costa e Silva por ter aceite o convite de conduzir o meu projeto de pesquisa, por sempre estar presente para indicar a direção certa que o trabalho deverá tomar. Certamente seus conselhos, paciência e as suas contribuições foram valiosas para realização da pesquisa.

Também agradeço ao meu irmão Eugénio que sempre me ajudou com a sua vasta experiência desde o início deste projetos de pesquisa. Sem esquecer o Diego José, Elias e Bertony que me acolheram e sempre deram bastante força. Também agradeço aos meus amigos que fiz durante a minha formação de modo especial os colegas da graduação, Leonildo, Luisa, Marcelo e Teresa que contribuíram direta e indiretamente.

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar como se dá o atendimento nas escolas de ensino regular para as crianças com deficiência visual no município de Cacuaco, na província de Luanda (Angola). Com este trabalho pretendemos trazer uma série de reflexões sobre o atendimento nas escolas de ensino regular para as crianças com deficiência visual no sistema de ensino angolano fase a implementação da educação inclusiva e entender como ocorre o processo de ensino aprendizagem das crianças nas escolas de ensino regular, uma vez que elas não encontram equipadas para o auxílio dos mesmos. Propomo-nos metodologicamente em desenvolver uma pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa e pesquisa documental que nos fornecerá informações para a compreensão da realidade e o processo de escolarização das crianças com deficiência visual. Assim sendo, foram a partir dos estudos realizados Lustosa e Luciano (2011); Canjeque (2018); Karimas; Buza e Manuel (2017); Tchanchalam et al (2019); Arcanjo (2021), que apresentam um respaldo teórico-científico sobre a situação atual da educação inclusiva no contexto angolano. A educação inclusiva é um debate que tem gerado discussões no âmbito social e educacional no cenário internacional e Angola não foge dessa realidade. Entretanto, esperamos que com este trabalho contribuir com o embasamento teórico e ampliar debates sobre atendimento nas escolas de ensino regular com deficiência visual no contexto angolano.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Atendimento; Deficiência; Visual Políticas Curriculares Inclusiva; Processo de Ensino Aprendizagem.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how services are provided in regular schools for children with visual impairments in the municipality of Cacuaco, in the province of Luanda (Angola). With this work we intend to bring a series of reflections on the service in regular schools for children with visual impairments in the Angolan education system phase of the implementation of inclusive education and to understand how the teaching-learning process of children in regular schools occurs, since they are not equipped to help them. We propose, methodologically, to develop a bibliographic research, a qualitative approach and documental research that will provide us with information to understand the reality and the schooling process of children with visual impairments. Therefore, they were based on the studies carried out by Lustosa and Luciano (2011); Canjeque (2018); Karimas; Buza and Manuel (2017); Tchanchalam et al (2019); Arcanjo (2021), which provide theoretical-scientific support on the current situation of inclusive education in the Angolan context. Inclusive education is a debate that has generated discussions in the social and educational scope on the international scene and Angola is no exception to this reality. However, we hope that with this work, we will contribute to the theoretical basis and expand debates on attendance in regular schools with visual impairments in the Angolan context.

Keywords: Inclusive education; Attendance; Visual Impairment Inclusive Curriculum Policies; Teaching-Learning Process.

Sumário

1.INTRODUÇÃO	9
2.JUSTICATIVA	11
3. OBJETIVOS DA PESQUISA	14
3.1 OBJETIVO GERAL	14
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
4.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
4.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CACUACO.....	17
4.2 EDUCAÇÃO EM ANGOLA.....	19
4.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM ANGOLA.....	20
4.4 INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DIFICIÊNCIA VISUAL.....	22
4.5 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA TRABALHAR COM A DIFICIENCIA VISUAL.....	25
5-METODOLOGIA	28
6-CRONOGRAMA	31
7-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato projeto de pesquisa compõe os requisitos para o processo de conclusão do curso Bacharel em Humanidade Interdisciplinar, sendo que o mesmo propõe apresentar uma série de reflexões acerca do atendimento nas escolas de ensino regular para as crianças deficiência visual no sistema de ensino angolano fase a implementação da educação inclusiva na província de Luanda em 2023. Deste modo, este projeto como objetivo analisar como se dá o atendimento nas escolas de ensino regular para a crianças com deficiência visual no município de Cacuaco, na província de Luanda-Angola.

Angola durante muito tempo esteve sob o jugo colonial português, posteriormente período de guerra para a libertação nacional e a guerra cívil que terminou em 2002 com os acordos de paz. Segundo Silva; Silva (2015, p. 242), “estes períodos de conflito deixaram marcas no país, nomeadamente no sistema de educação”. Assim sendo, é possível verificar tais marcas nos dias atuais no sistema educativo angolano, sobretudo voltadas às políticas de atendimento as crianças com necessidades educativas especiais.

Todavia, em uma reportagem apresentada pela Televisão Pública de Angola (TPA, 2019), durante programa Na Lente¹ mostrou-se que o estado atual dessas crianças, quem são, e como são tratadas? As crianças com NEE (Necessidades Educativas Especiais) são muitas vezes abandonadas em hospitais, nas ruas, em lares adotivos e outras colocadas fora de casa sobre acusação de feiticaria pelos pais que alegam que não sabem como lidar com as mesmas. Assim sendo, o nascimento de uma criança com deficiência envolve uma série de situações complexas e crise no seio familiar justificando “situações ocultas”, valendo aos pais fugirem das suas responsabilidade. Importa aqui resaltar que na citada reportagem a sub diretora pedagógica do Complexo Escolar nº 1.173 Ensino Especial assim como o Departamento Pedagógico do Lar de Infância Kuzola alegam falta de materias didáticos, equipamentos assim como falta de recursos humanos para atendimento e escolarização

¹ Na lente é um programa onde é apresentado reportagem de diversos assuntos da política e educação. as crianças especiais. Reportagem, Luanda: TPA. Disponível <<https://www.youtube.com/watch?v=J4MSaydUPyg&t=2094s>>. Acessado 24/11/2021

dos mesmos. Desse modo, é evidente o pouco nível dos investimentos equipamentos sociais ligados a saúde e ao atendimento dessas crianças.

De acordo com aos autores Tchantchalam et al, (2019), ser criança em Angola acaba sendo mais difícil principalmente para aquelas com deficiência, que apresentam transtorno cognitivo, dificuldades motoras, comportamental e física são motivo de incompreensão, estigma, e exclusão social, pois as mesmas precisam de um atendimento especializado e programas educativos necessário para à sua socialização e inclusão escolar.

De acordo com Nogueira (2019):

a garantia da política pública inclusiva é fundamental para desmistificar os equívocos educacionais, daí uma necessidade de rever os princípios educativos e refletir sobre essa importante questão para que a escola avance na inclusão do estudante deficiente. (NOGUEIRA, 2019, p. 20)

Deste modo, percebe-se que a garantia de políticas inclusivas é de carácter fundamental o ensino, tendo em vista que elas surgem para minimizar os preconceitos e garantir que todos se sintam parte de um grupo. Por outro lado, as políticas públicas são urgente para a inclusão dos alunos com deficiência. Ademais ser estudante deficiente é apenas uma particularidade e é na diferença que reside o encanto em sociedade. Deste modo, torna-se necessário mencionar o papel da escola e a família na socialização e educação dos indivíduos bem como sua participação no ambiente escolar neste cenário.

O atendimento das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular acontece em condições desfavoráveis no diz respeito a qualificação do corpo docente, ou seja, falta de formação e capacitação para os docentes, ausência de recursos e materiais didáticos de atendimento especializado, falta de condições infraestruturais. Segundo Lustosa e Luciano (2011, p.3), “esta situação é também resultante da ausência e/ou indisponibilidade financeira para sustentar os encargos que tais modalidades de serviço exigem ao país, além da não sensibilidade do poder público e da sociedade, em geral, para sua viabilização”. Assim, ainda há um caminho a se percorrer até que a efetivação seja de modo satisfatórios a todos envolvidos de acordo as suas necessidades específicas.

Diante dessas considerações levantamos a seguinte pergunta: como se dá o atendimento nas escolas de ensino regular para as crianças com deficiência visual no município de Cacuaco, província de Luanda-Angola?

2- JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema proposto, surge de motivação pessoal, em primeiro por ter nascido e ter crescido neste município, onde frequentei os meu o ensino secundário na escola do 1º ciclo N° 4066- São Pedro, situado no município de Cacuaco, na província de Luanda, Angola. O ensino secundário compreende as 7ª, 8ª e 9ª classes. Durante o meu percurso acadêmico na referida escola, lembro-me que as salas de aulas não tinham equipamento de atendimento especializado, recursos didáticos para o auxílio dos alunos com deficiência. Assim sendo, como não havia equipamentos nas salas de aula isso dificultava ainda o processo de ensino aprendizagem dos mesmos. Portanto, a inexistência de tais equipamentos deixava de proporcionar uma educação de qualidade, pois a sala de aula não proporcionava ao estudante um lugar de “entusiasmo”, sobre esta questão Silva e Oliveira (2012), afirmam

[...] é necessário que o ambiente em que ele esteja inserido seja estimulador, que lhe ofereça condições favoráveis para a sua aprendizagem. Pois, esses alunos devem ser tratados da mesma forma que os outros colegas são tratados, respeitando assim o direito de uma escola de qualidade para todos (SILVA; OLIVEIRA, 2012, p. 4).

O recorte acerca do tema sobre atendimento das crianças com deficiência no contexto angolano fundamenta-se pela necessidade de compreender se as escolas de ensino regular ou ditas inclusivas estão devidamente preparadas para atender todos os alunos mediante as suas particularidades individuais e se existe políticas curriculares inclusiva, tendo vista os desafios que muitos alunos enfrentam.

Com o passar do tempo, entre anos de 2015 e 2016, tive um colega com deficiência visual e a forma como ele era tratado suscitou em mim vários questionamentos principalmente sobre o processo de atendimento e formação. Entretanto, o seu maior era se entrosar dentro da sala de aula, pois a sua deficiência era motivo de incompreensão para muitos, assim como era vítima de estigma, preconceito, insulto e exclusão social, e isso influenciou e/ou impediu de forma negativa a sua integração com demais colegas e a escola não ajudava na sua socialização. Além disso, a sua deficiência o excluía cada vez mais, tendo em vista que os professores muitas das vezes não sabiam e/ou não possuem metodologias de ensino apropriadas. Vale ressaltar que a formação dos docentes desempenha um papel preponderante no processo

formativo dos alunos contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual e social, como ilustra Canjeque (2018):

A formação e qualificação dos docentes é sem sombra de dúvida uma componente fundamental na inclusão das crianças com necessidades educativas especiais. A passagem de uma criança do ensino especial para o regular/normal, implica um conjunto de ações, instrumentos e estratégias que exigem do professor uma habilidade em lidar com o processo, garantindo assim um reforço positivo no trabalho que foi feito no regime especial. De contrário, um professor sem o mínimo de habilidades para lidar com estas crianças, acabariam por regredir ou mesmo piorar todo um quadro evolutivo que vinha sendo trabalhado e acompanhado no ensino especial. Em Angola, há uma grande carência de professores especializados ou que tenham agregação pedagógica e que concomitantemente possam satisfazer a demanda. Mas tem havido um trabalho tendente a capacitar os professores do ensino regular em matéria de inclusão, afim de intervir com metodologias próprias e com as possíveis limitações, junto dos alunos com NEE. (CANJEQUE, 2018, p. 2).

Assim sendo, a exclusão social, a discriminação e preconceitos de crianças com deficiência são mais evidentes nas comunidades (bairros), zonas suburbanas e rurais, nas escolas até mesmo no seio familiar. Entretanto, a minha inserção na Unilab pude perceber a partir das ações desenvolvidas do Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade cuja finalidade é acompanhar e orientar os estudantes com deficiência ou dificuldade de aprendizagem no ambiente universitário. A partir desse momento nasceu a ideia de trabalhar com esta temática, tendo em vista que a realidade angolana é totalmente contrária, não há um acompanhamento ou programa de assistência estudantil para os alunos com algum tipo de deficiência. Por outro lado, o interesse pelo tema justifica-se também pelo fato de assistimos atualmente a violação dos direitos das crianças principalmente com Necessidades Educativas Especiais (NEE) que possuem um transtorno motor, cognitivo e comportamental, como salienta Canjeque (2018):

As crianças com necessidades educativas especiais são muitas vezes vítimas de “usurpação”, dos seus direitos a nível das instituições, da comunidade e muitas vezes por desatenção e negligência de certos governos. A inclusão social, a educação, instrução e inclusão social escolar destas crianças no sistema regular de ensino, tem sido há muitos anos, motivos de árdios debates, porquanto, existem vários posicionamentos ideológicos (Idem, 2018, p. 1).

Neste sentido, é imprescindível o ensino, a inclusão social e a educação inclusiva, pois pode vir a acabar com a segregação, o estigma para com as pessoas com deficiência, satisfazendo as suas necessidades no âmbito escolar. Assim sendo, na década de 1990, o governo angolano aderiu aos princípios da Declaração de Salamanca (1994), segundo a qual, toda criança tem direito à educação, de modo que Canjeque (2018) salienta:

É com a Declaração de Salamanca (1994) que o conceito de NEE veio tomar uma outra abrangência, posto que este documento surgiu como uma “carta magna” para a adoção de um novo paradigma conceptual sobre as crianças com deficiência. Esta declaração vem redefinir o conceito de NEE ao definir “a expressão «necessidades educativas especiais» refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente, têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade” (Bidem, 2018 p. 6).

Entendemos que a resolução desta conferência definiram princípios e leis que salvaguardam as pessoas portadora de deficiência partindo do princípio que todos somos iguais e que todos devem a oportunidade de frequentar a escola no intuito de uma qualidade de ensino para todos.

O presente projeto de pesquisa também contribuirá para a realização de futuras pesquisas voltadas para essa área de conhecimento. Vale realçar que existe publicações consideráveis que abordam a educação inclusiva em Angola, porém se diferenciando do contexto em análise. Nesta perspectiva, percebe-se que os estudos publicados os autores preocupam-se pela integração das pessoas com deficiência no sistema educativo. Desse forma, os estudos publicados propõe um modelo educativo funcional que integra as crianças com deficiência em escolas regulares.

Deste modo, acreditamos que por meio deste projeto de pesquisa e de sua realização as autoridades de Angola, em particular do Ministério da Educação e seus órgãos tutelares possam implementar programas educativos que garantam o atendimento às particularidades individuais de cada aluno ou criança e um currículo diversificado afim de garantir um aprendizado de qualidade a todos.

3. OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como se dá o atendimento nas escolas de ensino regular para as crianças com deficiência visual no município de Cacuaco, na província de Luanda-Angola.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as políticas curriculares inclusivas e metodológicas realizadas nas escolas de ensino regulares para atender crianças com deficiência visual no município de Cacuaco, na província de Luanda-Angola;
- Analisar se as políticas curriculares inclusivas e metodológicas realizadas nas escolas de ensino regulares promovem o ensino para o atendimento para as crianças com deficiência visual no município de Cacuaco, na província de Luanda-Angola;
- Sugerir medidas que visam ampliar as políticas curriculares inclusivas e metodológicas implementadas nas escolas de ensino regulares para atendimento para as crianças com deficiência visual no município de Cacuaco, na província de Luanda-Angola.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de apresentar um embasamento teórico a fim de contribuir numa série de reflexões sobre a educação inclusiva em Angola, em particular crianças com deficiência visual da província de Luanda, nos propomos um levantamento bibliográfico que aborda temáticas concernente à situação da educação inclusiva no contexto angolano, tendo em vista os subsídios contribuíra para a aplicação no presente território. Deste modo, o primeiro momento consistira numa discussão sobre a educação em Angola trazendo subsídios do estado atual da mesma, posteriormente a educação especial inclusiva em Angola, destacando as suas particularidades, afim de compreendermos a situação desta modalidade de ensino que se configurou antes e pós independência. Assim sendo, essa abordagem nos fornecerá um respaldo teórico-científico para compreender a educação inclusiva em Angola, na província de Luanda. Em seguida, abordaremos sobre inclusão escolar de alunos com deficiência visual onde destacaremos os pressupostos desta modalidade de ensino, ou seja, a inclusão escolar traz consigo uma mudança de paradigma como: adaptação curricular, estruturas das escolas, capacitação do corpo docente e políticas públicas inclusivas de acompanhamentos dos alunos (crianças). Por sua vez, no último momento será analisado o processo de escolarização para trabalhar com crianças com deficiência visual destacando os mecanismo pedagógico ao atendimento das escolas, ou seja, identificando se as escolas estão devidamente preparadas, portando os materiais didáticos ligados a saúde para as crianças com NEE.

Dando prosseguimento a essa escrita, apresentaremos a contextualização de Luanda, província de Angola e suas especificidades.

Luanda é capital de Angola, uma de suas 18 províncias, considerada como a menor do país, com uma superfície de 2.418 km² onde se encontra a maior concentração da população angolana. Tem aproximadamente sete milhões de habitantes, conforme os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (I.N.E) de acordo com o último

Censo Populacional² realizado em 2014. Essa região é localizada ao norte de Angola, limitada pela província do Bengo e a oeste, pelo oceano Atlântico.

A província de Luanda atualmente está dividida administrativamente por nove (9) municípios, a saber: Luanda, Cazenga, Viana, Cacuaco, Belas, Icolo e Bengo, Kissama, Talatona e Ki-lamba Kiaxi. A capital Luanda é o principal centro financeiro, comercial e econômico de Angola, nela estão as principais empresas do país, como a Endiama, Sonangol, Banco Nacional. No campo industrial, Luanda tem a transformação como uma das principais atividades, que inclui alimentos processados, bebidas, têxteis, cimento, materiais de construção, produtos plásticos e metais e também possui um excelente porto natural, de onde exporta diversos produtos.

Sobre a educação inclusiva na província de Luanda ainda constituem um percurso de muitos desafios. Lustosa e Luciano (2011, p. 2) afirmam que “a educação inclusiva é sediada, portanto, em uma nova lógica e uma outra ética que cumpre à plena participação de todos os alunos”.

Assim sendo, a educação inclusiva fundamenta que todas as crianças, jovens e adultos têm o direito à educação de qualidade que satisfaçam às suas necessidades básicas de aprendizagem. A educação é um direito universalmente consagrado pelas nações unidas. Por outro lado, importa aqui realçar que a Declaração de Salamanca funciona como a lei magna que rege os princípios da educação inclusiva baseado na igualdade e oportunidade para as pessoas com deficiência.

Todavia, a educação inclusiva em Luanda ainda não acontece de forma que envolva todos, isso porque algumas crianças com deficiência frequentam escolas ou centros especializados conforme ilustram Lustosa e Luciano (2011, p. 2), “a educação Especial em Angola ainda está organizada de forma segregativa, ou seja, os alunos com deficiência frequentam as Escolas Especiais e os aparatos de serviços dos Centros de Atendimento Clínico-Especializados. Em alguns casos, como o verificado em províncias mais distantes, em que não se tem a Escola Especial, a escolarização desses alunos dá-se na prática da “lógica integrativa”, com a figuração da “Classe Especial” em

² Censo populacional 2014, disponível em: http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014&xpgid=censo2014-info&generic-detail_gry=BOUI=8380919&actualmenu=8377507

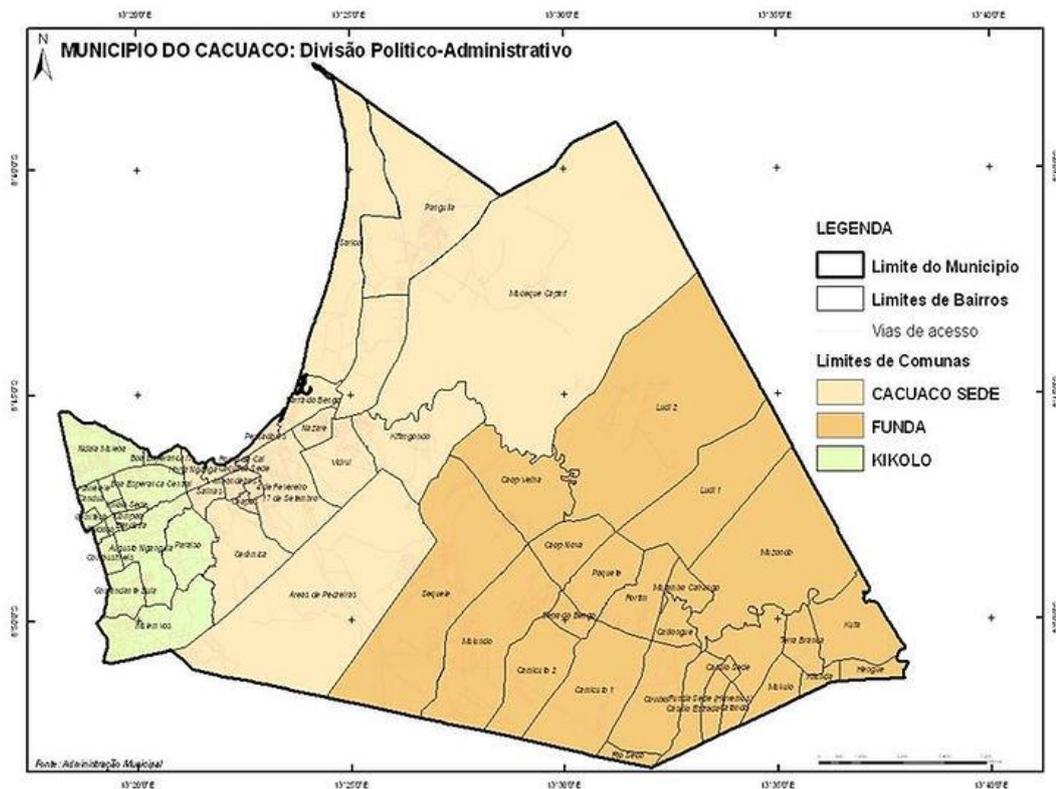
escola comum”. Dessa forma, o processo de escolarização das crianças com deficiência visual acontece que forma parcial, ou seja, alguns frequentam escolas equipadas outros não e em condições desfavoráveis. Tal realidade é muito frequente em zonas rurais (bairros), em que pais não têm condições de colocar os filhos em escolas especiais. Assim sendo, os alunos com necessidades educativas são cada vez mais afetadas no ensino em Angola, isto porque as dificuldades são muitas e atingem vários níveis. Muitas crianças com deficiência visual nas escolas sofrem com a falta de materiais para seus estudos tais como: máquinas braile e de papel, pois existe um papel especificamente para o uso numa máquina de braile.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CACUACO.

Cacuaco ³ é um dos municípios da província de Luanda, localizada a Norte da província de Luanda, ao sul faz fronteira com os municípios de Viana e Cazenga, a oeste com o Oceano Atlântico e a leste com o município do Dande na província do Bengo. A superfície do município é de 335 km² e uma população aproximadamente 882.398 habitantes. O município é composto por 3 comunas a saber: Cacuaco sede que contém 14 bairros e com uma população estimada de 194.878, Funda possui 23 bairros e seus habitantes é de 65.595 e Kikolo, tido como a comuna com maior população de 621.925 e tem 15 bairros.

Figura 1: Mapa de cacuaco

³ **Fonte:** INE, RGPH 2014 Resultados preliminares. Disponível em: <https://ribeiroenguna.wixsite.com/cacuaco/comunas>.



Fonte: <https://ribeiroenguna.wixsite.com/cacuaco/o-perfil-de-cacuaco>

Assim sendo, o município de Cacuo é composto maioritariamente pelos grupos étnicos Bakongos, Ovimbundo e Kimbundo.

Cacuo município possui a Repartição Municipal de Educação que tem como finalidade de legalização e questões burocrático-educacional de todas as escolas públicas e privadas. Assim sendo, não existem dados exatos de quantas escolas existem no município, porém a construção de mais escolas públicas e privadas (de ensino primário, secundário e instituto médio politécnico) constitui um dos grandes desafios do governo provincial de Luanda, junto da direção municipal de educação de Cacuo.

Assim sendo, a educação angolana se propõe numa educação para todos que reconhece e valoriza diversidade. Desde modo, a inclusão social é um estratégia que tem como finalidade reduzir a discriminação e marginalização de pessoas com deficiência. Entretanto, as crianças com deficiência são postas em salas comuns no intuito de se adaptarem à realidade educativa normativa, de convívio social independentemente das suas deficiências. Não obstante, a Lei de Base do sistema de ensino angolano no seu artigo 44º, alínea e, f apresenta os objetivos específicos da

educação especial: “e)proporcionar uma adequada formação pré-profissional e profissional visando a integração na vida activa; f) criar condições para o atendimento dos alunos[...]”.

Não obstante, o Estado cria leis que proporciona a diversidade ou inclusão de pessoas com deficiência, porém elas não têm um cumprimento porque as escolas não estão totalmente equipadas e carecem de serviço de saúde, equipamentos específicos, acompanhamento de profissionais para os alunos, etc.

4.2 EDUCAÇÃO EM ANGOLA

A educação em Angola ofertada pela rede pública acarreta uma série de desafios no que diz respeito à sua qualidade. Deste modo, a educação de qualidade é um direito de todos, e para sua realização é necessário que o Ministério da Educação e os órgãos tutelares analisem as políticas públicas que favoreçam a qualificação do ensino. Assim como afirma o investigador e professor Filipe Zau (2021) durante um programa concedido na TPA a “Grande Entrevista”⁴ fazendo uma análise sobre a educação e ensino em Angola. Para (Zau 2021) o problema da educação começa a residir em 03 (três) vertentes a partir das perspectivas macro-sociológicas, meso-sociológicas e micro-sociológicas.

Portanto, em um nível macro sociológico há deficiências nas questões das políticas educativas e da resposta à procura de estudante para o ensino. Assim sendo, é possível verificar no país jovens e crianças fora do sistema de ensino, tal feito acarreta outros problemas sociais como a elevação da taxa de analfabetismo.

Em nível meso-sociológicas são analisadas as questões organizacionais. Para Zau (2021) chama atenção sobre a multiculturalidade que existe no país, daí que é impossível termos um currículo universal em todo território. Portanto, acabamos tendo problemas maiores porque não há adaptação dos currículos de carácter regional que dão resposta dos problemas específicos. E em nível micro- sociológicos são analisados o aluno e o professor. Assim sendo, o sistema de ensino angolano possui uma série de problemas. O professor Filipe Zau (2021), chama atenção que é preciso se fazer um

⁴ Educação e Ensino em Angola. Grande entrevista, Luanda: Televisão Pública de Angola. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=683X8zaEhc&t=151s>>. Acessado em: 07/12/2021.

novo diagnóstico da situação atual que leva em conta o professor, alunos, a estrutura curricular e todos os componentes do processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, é preciso colocar todos esses problemas na agenda política sendo esta a única forma que temos de concorrer mais tarde para o progresso económico e social do país.

4.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA EM ANGOLA

Angola se constitui como uma reigão multiétnica, pois a sua população é composta por indivíduos de diferentes culturas e etnia oriunda de outras províncias do país. Todavia, apesar dessa diversidade étnica, o país deseja construir uma sociedade mais inclusiva baseada na igualdade de direitos. Deste modo, para que haja a construção de uma sociedade igualitária é preciso que se invista numa educação inclusiva que proporcione os mesmos direitos para cada cidadão de acordo as suas particularidades individuais.

A modalidade de ensino especial em Angola sempre foi de grande preocupação por parte do governo, desde a independência. Porém a sua efetivação não tem sido um trabalho fácil desde o período da independência, conforme pode ser ler:

Poucos anos depois da proclamação da independência, o governo angolano através do Circular nº 56/79 do Ministério da Educação, tutelado por António Jacinto do Amaral Martins empenharam-se na criação das condições mínimas para institucionalização da modalidade de Ensino da Educação Especial (TCHANTCHALAM ET AL 2019, p. 1e 2).

Todavia, apesar dos esforço do governo angolano com a institucionalização do ensino especial e criação das leis para pessoas com deficiência física, motora e cognitiva é mais desafiante devido os preconceitos, estigmas e vários problemas, dificuldades, carências e insuficiências ainda existentes. Por outro lado, como fizemos menção anteriormente essas crianças são motivo de incompreensão e a elas, muitas das vezes são negadas o seu direito a educação. Desde modo, o governo angolano tem feito um trabalho arduo com outros países de modo a garantir e salvarguardar os direitos da criança conforme ilustram os autores:

A partir da década de 1990, como aconteceu em diferentes contextos, países como Angola, Brasil e Moçambique, iniciam a implementação de políticas inclusivas destinadas à Educação Especial, tendo por base, pressupostos internacionais de defesa dos direitos educacionais dos deficientes, previstos na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), elaborada na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, promovida pelas agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial. (CHAMBAL; RAFANTE & SELINGARDI, 2015 p. 8)

Já Lustosa e Luciano (2011) explicitam nos seguintes termos,

[...] Angola, tem contado com intercambio de outros países como parceiros, em acordos internacionais, sob a forma de troca de experiências e formações sistemáticas, bem como decisões e iniciativas locais, ainda que de pequenas repercussões sociais e educacionais. (LUSTOSA; LUCIANO, 2011, p. 2).

Assim sendo, a parceria de Angola com esses países tem sido de grande ajuda na sistematização de políticas públicas inclusivas bem como na interiorização do ensino especial inclusiva em todo território nacional.

Desde modo, os avanços da modalidade de ensino especial inclusiva é imprescindível para a construção de uma sociedade baseada na igualdade e respeito à pessoa humana. Assim sendo, o governo angolano por meio do Ministério da Educação se propõem na consolidação de uma educação inclusiva em todo território, conforme ilustram os autores:

[...] o Ministério de Educação de Angola (MED), tem como compromisso, imposto em grande medida, pelas exigências atuais de organismos e agências internacionais, impulsionar a transformação de seu sistema educacional para que consolide a educação inclusiva (nas 18 províncias de seu país), prevendo que todos os alunos possam participar e se beneficiar, com sucesso, dos espaços e processos comuns de ensino e de aprendizagem. Angola, se depara, portanto, com a urgência de consolidar a política educacional de inclusão, tornando a escola aberta a todos, livre de discriminação, lançando as bases de uma educação fundamentada no respeito, solidariedade e na atenção às diferenças dos sujeitos (LUSTOSA & LUCIANO 2011, p.1).

O governo angolano, em resposta aos desafios enfrentados nesta modalidade de ensino referente às políticas de inclusão social para as pessoas com algum tipo de deficiência, conforme os autores Tchantchalam et al (2019) elaborou

(...) um plano denominado “O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial”, que é um instrumento baseado na promoção de políticas de ações prioritárias, criando mecanismos que permitem o rápido desenvolvimento da Educação Especial. O documento possui os capítulos nomeadamente: antecedentes, contexto, análise da situação, objetivos estratégicos, estratégias de intervenção, atividades a desenvolver, custos e financiamento, gestão, monitorização e avaliação (TCHANTCHALAM et al. 2019, p. 2).

Todavia, “O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial”, permite maior controle das políticas de ações prioritárias para os alunos com NEE com a finalidade de inclusão permitindo que estejamos no mesmo lugar. E assim, tornando a sala de aula um lugar harmonioso, de “entusiasmo” e de aprendizados a todos. De acordo com Lustosa & Luciano (2011):

a inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino é a meta que Angola pretende alcançar e esse pressuposto exige o redimensionamento do modelo educativo até então adotado - hoje compreendido como segregativo-, e se lançar em busca da (re)organização para a inclusão. (LUSTOSA; LUCIANO, 2011, p.1).

A construção de uma educação inclusiva pressupõe a re(a)capatação do quadro docente bem como a qualificação dos mesmo e estruturas das escolas isso porque

a inclusão escolar plena não é uma tarefa fácil, pois é necessária uma estruturação progressiva e uma mudança significativa no sistema educacional e na concepção de inclusão por parte da sociedade em geral e, principalmente, dos profissionais escolares (NETO, et al. 2018, p.81).

Ainda de acordo com o mesmo autor:

a educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda exclusivo, direcionado para receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente. (NETO et al. 2018, p. 82).

Ainda de acordo com Lustosa & Luciano (2011), essa modalidade de educação enfrenta enormes desafios de ordem cultural e material, mas os esforços que têm vindo a imprimir demonstra o compromisso por parte das instituições educativas no melhoramento e funcionamento da mesma. Assim sendo, o compromisso com esta modalidade de ensino é desafiador, sendo necessário que todos nós nos sintamos parte integrante.

4.4- INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Falar da educação inclusiva ou inclusão escolar de pessoas com deficiência no ensino é um debate muito importante no âmbito social e educacional diante dos vários desafios que a escola passa para a concretização ao direito à educação aos alunos com NEE tendo em conta as mudanças significativas que ela traz. Para Silva e Oliveira (2012, p.3) “a inclusão de alunos com Deficiência Visual (DV) na rede pública de ensino tem sido questão de discussão entre muitos professores, pois em geral, estes

dizem que não receberam em seus currículos de formação, preparo adequado para trabalhar com estes alunos”. Entretanto a inclusão de estudantes no ensino regular é necessária, mas não é fácil.

Desde modo, a inclusão pressupõe a criação de políticas públicas inclusivas, estruturação das escolas, re(a)adaptação do currículos que atendem às particularidades individuais, equipamentos específicos e a capacitação dos agentes educativos conforme ilustram os autores Lustosa & Luciano (2011):

As últimas décadas deste século foram marcadas pelo debate mundial acerca da inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino, estabelecendo o componente fundamental da universalização do acesso de todos à educação. A inclusão de alunos com deficiência no sistema comum de ensino é a meta que Angola pretende alcançar e esse pressuposto exige o redimensionamento do modelo educativo até então adotado - hoje compreendido como segregativo-, e se lançar em busca da (re)organização para a inclusão (LUSTOSA; LUCIANO 2011, p.1).

Tal como nos mostram Silva e Oliveira (2012, p. 2):

(...) para que a inclusão se efetive, é necessário que ocorra algumas mudanças tanto na parte da infra-estrutura, quanto pedagógica, pois as crianças especiais não necessitam apenas de um espaço adequado, mas também de recursos pedagógicos específicos e professores qualificados[...].

Desse modo, as autoras entendem a inclusão como sendo:

A inclusão de pessoas com NEE no sistema público de ensino implica em uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a uma revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais no intuito de possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando assim, as suas diferenças e atendendo às suas necessidades (SILVA; OLIVEIRA, 2012, p. 3).

Assim sendo, a inclusão escolar de pessoas com deficiência necessitam de um sistema educacional funcional com um programa educativo especializado bem como a escola precisa estar preparado para receber e ajudar os estudantes no processo de socialização e aprendizado. Entretanto, a inclusão quer adaptação dos recursos que possibilitam o atendimento de forma especializada que respeita as particularidades e necessidades individuais de cada aluno.

Tais ideias são também compartilhadas por Neto et al. (2018), que afirmam que

a inclusão escolar perpassa pelas várias dimensões humanas, sociais e políticas, e vem gradualmente se expandindo na sociedade contemporânea, de forma a auxiliar no desenvolvimento das pessoas em geral, de maneira a contribuir para a reestruturação de práticas e ações cada vez mais inclusivas e sem preconceitos. (NETO, et al. 2018, p. 89)

Nesta perspectiva, por inclusão escolar entende-se como outra maneira de se fazer educação sem segregação e preconceito.

Ainda segundo os citados autores, ainda se pode ler:

O conceito de Inclusão no âmbito específico da Educação implica, antes de mais, rejeitar por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI), desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo activo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e partilhado e, dessa forma, atingir a qualidade académica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 2 APUD NETO, et al. 2018, p. 89).

Assim sendo, para além de políticas públicas bem como a preparação da escola a formação dos professores constitui um componente fundamental para a inclusão escolar de pessoas com necessidades educativas especiais (deficiência visual). Todavia, para Silva e Oliveira (2012, p. 2) “[...] o trabalho para a inclusão de alunos com necessidade educacionais em salas regulares necessita ainda de grandes avanços, tanto na questão física da escola quanto na parte que se refere às práticas pedagógicas, à formação inicial e continuada dos professores para atuarem com estas crianças”.

Não obstante segundo Lustosa e Luciano (2011, p. 7), afirmam que “a formação dos educadores para atender a educação especial constitui uma das preocupações do MED de Angola, nos últimos anos”. Apesar disso, o⁵ Instituto Nacional de Educação Especial (INEE) de Angola indicou hoje que existe perto de 30.000 crianças no país, entre cegas, surdas e mudas, têm necessidades educativas especiais, apontando também "carências de especialistas" na área, de modo que a falta de especialista para o ensino especial no país foi também apontada pelo diretor-geral do INEE, referindo que a maior parte dos docente que leciona crianças com necessidades educativa especiais não tem formação no ramo”.

Atualmente não tem uma área propriamente dita para a formação em NEE (Necessidades Educativas Especiais) existindo como iniciativas as políticas inclusivas em alguns cursos do ISCED (Instituto Superior de Ciência e Educação) e a ESP-Bengo (Escola Superior Pedagógica do Bengo), sobretudo Psicologia, Pedagogia, Português e Instrução Primário. Nesses cursos, há a oferta de disciplinas que tratam das Dificuldade de Aprendizagem, Necessidades Educativa Especial, Psicologia e Defectologia com a

⁵Diário de notícias: Angola tem acerca de 30.000 crianças com necessidades educativas especiais. Luanda, 30 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/angola-tem-cerca-de-30000-criancas-com-necessidades-educativas-especiais-10958831.html>. Acessado: 10/02/2022

finalidade de instruir e preparar os formandos (futuros professores) na lida com pessoas com NEE bem como entender os porque dos diversos problemas que podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem dos mesmos. Assim sendo, conhecer a realidade sobre NEEs, essas disciplinas têm uma particularidade, se podemos chamar de prática, de ir às escolas, visitas ao Hospital Psiquiátrico, concretamente na ala das crianças.

Entretanto, a formação é bastante importante para que o docente consiga realizar da sua tarefa enquanto profissional da educação. Hoje o professor é um profissional que tem a responsabilidade de transmitir e possuir conhecimentos sólidos, sistemáticos e científico da educação com a finalidade de garantir um aprendizado de qualidade para os seus alunos.

4.5 PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO PARA TRABALHAR COM A DIFICIENCIA VISUAL.

As crianças com deficiência visual visualizam o mundo que o rodeia por meio imagens, signos, som, tato e etc. Para os autores “[...] as crianças com deficiência visual utilizam do tato como meio de comunicação” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007 apud SILVA E OLIVEIRA, 2012, p. 4). Desde modo, o tato desempenha uma função essencial nas crianças com cegueira e baixa visão, pois fornece informações bem como explorar o ambiente que a rodeia.

De acordo com Dardes (2010):

É por meio da percepção tátil que a criança com deficiência visual percebe e interpreta a sua realidade. Portanto, o uso do tato como mecanismo de contato com o mundo, se faz necessário muito treino e ensino, pois as informações percebidas são menos refinadas do que a visão. A evolução dessa percepção sensorial contribui para desenvolver habilidades e avanço no desenvolvimento cognitivo (DARDES, 2010, p. 2 – 3)

Segundo Silva e Oliveira (2012), o papel do professor é imprescindível como “mediador” no processo formativo dessas crianças contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual e social. Assim sendo, o tato não é o único elemento, pois para Vigotsky (2007) citado por Siva e Oliveira (2012):

A criança começa a perceber o mundo não somente através dos olhos, mas também através da fala. Como resultado, o imediatismo da percepção “natural” é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança. (VIGOTSKI, 2007, p. 23 APUD SILVA; OLIVERIRA, 2012, p. 5)

Todavia, segundo Dardes (2010, p. 2) em um livro elaborado pelo Prof^a Marilda Moraes Garcia Bruno (2006) afirma que “as crianças que muitos denominam como deficientes visuais são as crianças cegas e com baixa visão”. Neste livro elaborado pelo Prof^a Marilda Moraes Garcia Bruno (2006), Dardes (2010) acrescenta que:

A definição educacional diz que são cegas as crianças que não têm visão suficiente para aprender a ler em tinta e necessitam, portanto, utilizar outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico) no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. O acesso à leitura e escrita dar-se-á pelo sistema braile. Entre estas crianças, há as que não podem ver nada, outras que têm apenas percepção de luz, algumas podem perceber claro, escuro e delinear algumas formas. A mínima percepção de luz ou de vulto pode ser muito útil para a orientação no espaço, movimentação e habilidades de independência (BRUNO 2006 Apud DARDES, 2010, p. 2).

Bruno (2006) participa deste debate dizendo que:

as crianças com baixa visão (anteriormente denominadas com visão parcial ou visão subnormal) são as que utilizam seu pequeno potencial visual para explorar o ambiente, conhecer o mundo e aprender a ler e escrever. Essas crianças se diferenciam muito nas suas possibilidades visuais. Embora necessitem aprender a utilizar a visão da melhor forma possível, podem também utilizar os outros sentidos, ao mesmo tempo, para a aprendizagem, aquisição de conceitos e construção do conhecimento. A maior parte dessas crianças já nasce com essa condição em decorrência de doenças congênitas ou hereditárias. Outras crianças podem adquiri-la mais tarde (BRUNO 2006 Apud DARDES, 2010, p. 2).

Desde modo, percebe-se que as crianças com baixa visão e cegueira necessitam de estímulos exteriores que as ajude a compreender sua realidade bem no que trata do processo de aprendizagem. Oliveira (2009) apresenta a concepção de Vigotsky sobre essa questão:

Vigotsky cita em seus textos que a mediação da aprendizagem acontece através de dois elementos: os instrumentos, os quais servem de mediação entre o homem e o mundo, ampliando assim as possibilidades de transformação da natureza, estes elementos externos são capazes de provocar mudanças nos objetos e controlar processos da natureza; E os signos, que por sua vez são orientados para o seu próprio sujeito, isto é, dirigem-se ao controle das ações psicológicas, os quais fazem a intermediação entre o eu e o objeto, ou o eu e o mundo, já que estes servem como auxílio para lembrar algo, escolher, comparar, ou seja, as informações acontecem de forma simbólica. A mediação do ponto de vista do autor, “é o processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esses elementos”. (OLIVEIRA, 2009, p. 28).

Todavia, Silva e Oliveira (2012) demonstram que a aprendizagem por meio de signos tem sido uma estratégia benéfica, pois por meios deles as crianças conseguem lembrar o que a imagem representa para si, tornando assim a aprendizagem mais

significativa. Nesse sentido Vigotsky (2007) afirma que, “os sistema de signos reestruturam a totalidade do processo psicológico, tornando a criança capaz de dominar o seu movimento. Ela reconstrói o processo de escolha em bases totalmente novas” (VIGOSTSKY 2007 APUD SILVA E OLIVEIRA 2012, p. 5).

Conforme fizemos menção anteriormente o processo de ensino de aprendizagem das crianças com baixa visão e cegueira se dá também por meios de estímulos exterior bem como a utilização de objetos que ajudarão a criança no processo de aprendizagem, conforme demonstram as autoras Silva e Oliveira (2012):

É válido ressaltar que no processo de construção do aprendizado das crianças com baixa visão e cegueira, os professores devem trabalhar com objetos que tenham algum significado para eles, os quais contribuam para que determinadas situações seja lembradas. Lembrando também que estes sujeitos necessitam de materiais específicos que auxiliem no seu desenvolvimento durante este processo, o qual cabe à escola organizar as formas de oferecer acessibilidade a estes educandos (SILVA & OLIVEIRA 2012, p. 5).

Complemento esse debate Silva & Oliveira (2012) dizem

Para isso, o sujeito com baixa visão pode contar com o auxílio de diversos recursos ópticos e não ópticos, os quais lhes darão subsídio à sua aprendizagem. Esses recursos são de fundamental importância, pois eles ampliam os objetos e imagens, diminuindo assim a fadiga e o esforço visual. Além de um ambiente favorável, onde os sentidos sejam estimulados, pois é necessário introduzir novidades no processo de aprendizagem dos educandos, para que eles sintam-se motivados a realizar coisas novas. E para isso, é necessário que o professor possibilite o conhecimento e o reconhecimento diário do espaço físico e o posicionamento do mobiliário do ambiente escolar. Apresentando ao aluno todos os objetos da escola, os trajetos diários dos estudantes, explorando com eles cada elemento da sala de aula. Caso haja necessidade de mudar qualquer mobiliário de lugar, esta alteração deve ser sempre comunicada, para que o aluno não tenha nenhum acidente (SILVA & OLIVEIRA 2012, p. 5-6).

Percebe-se então que o uso de recursos é imprescindível para o processo de escolarização dessas crianças ajudando-as na sua aprendizagem. Como sabe-se que as crianças com deficiência visual têm o tato como veículo de comunicação leitura e entendimento da realidade. Para a, leitura e escrita das pessoas cegas e baixa visão utiliza-se o sistema braile, “O Braille é um sistema universal de códigos que permite a leitura e a escrita das pessoas cegas” (DARDES, 2010, p. 4).

Silva & Oliveira (2012), chamam atenção que, para além do sistema braile é necessário que o professor esteja preparado para a utilizações de outras ferramentas que facilitarão no processo de ensino como “caixas de papelão, embalagens de ovos, radiografias, caixas de chicletes, botões, emborrachados, caixa de fósforos e cartelas de

comprimidos”. Assim sendo, “com esses materiais o professor estará apresentando ao aluno com cegueira, diversas maneiras de aprender o Braille” (SILVA & OLIVEIRA 2012, p. 6).

De modo que o processo de escolarização das crianças com deficiência visual, bem como a educação inclusiva em Angola é uma temática que tem gerado vários debates e questionamento por professores, diretor escolar, pesquisadores e especialista na área assim como é preocupação do Estado angolano na efetivação gradativa desta modalidade de ensino, assim sendo é uma discussão que deve-se levar em conta os desafios que ela enfrenta.

Portanto, depois das considerações e reflexões feitas acima, podemos perceber que a educação inclusiva no contexto angolano não é uma temática nova, pois o advento da guerra civil que culminou com numeros elevados com pessoas e crianças com deficiência. Após essa período o governos angolano viu-se na obrigação de criar escolas especiais e atendimento especializado para as pessoas com deficiências.

5- METODOLOGIA

A metodologia é parte essencial no processo da realização de uma pesquisa científica a fim de conhecer o corpus de estudo bem como alcançar os objetivos que se pretende para o mesmo. Assim sendo, é por meio da metodologia que o pesquisador terá um contacto direto com o objeto, ou seja, o objeto dá direção na pesquisa, o objeto fala a partir das interações que o pesquisador vai ter no campo (método).

Segundo Lessard-Hébert et al. (2008, p.15), definem metodologia como “um conjunto de diretrizes que orientam a investigação científica”. A metodologia tem como finalidade guiar, orientar e direcionar o pesquisador ao corpus e campo de estudo.

Todavia, entende-se por pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa que requer uma análise dos documentos a partir da revisão da literatura científica. Assim sendo, inicialmente nos baseamos em um levantamento bibliográfico sobre os estudos de Lustosa e Luciano (2011), que descrevem sobre os desafios que a educação inclusiva enfrenta desde a sua legislação e efetivação, também aborda questões da situação atual da educação especial em Angola.

Neto, et al (2018), abordam acerca das dimensões e mudanças significativas no sistema educacional face a inclusão bem como chama atenção para com a responsabilidade da sociedade geral e dos profissionais escolares.

Tchantchalam et al (2019), apresentam contributos satisfatório de como o governo elaborou um “plano estratégico de desenvolvimento” para reduzir as deficiências do ensino. Este documento contém análise da situação, objetivos estratégicos, estratégias de intervenção, atividades a desenvolver, custos e financiamento, gestão, monitorização e avaliação; Silva e Oliveira (2012) abordam a inclusão escolar de alunos com deficiência visual. As autoras chamam atenção da necessidade da escolar estar bem preparada para receber e atender estes estudantes a fim de ajudá-los no processo de aprendizagem.

Assim sendo, a partir dos estudos realizado Arcanjo (2021), que obtivemos um respaldo teórico-científico sobre a situação atual da educação inclusiva no contexto angolano na província do kwanza sul.

Para realização da mesma pesquisa, nos propomos também em realizar um procedimento metodológico da pesquisa documental. Importa aqui reasaltar que a pesquisa documental assemelha à pesquisa bibliográfica. Assim sendo, o documento constitui um objeto de estudo empírico. Isso porque todo documento é produto de um contexto.

Segundo Marconi e Lakato (2003),

a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI; LAKATO, 2003, p. 174),

Esse tipo de procedimento permitiu recolher informações pertinentes sobre a educação inclusiva no contexto angolano. Tendo em conta as poucas referências bibliográficas que aborda a temática em questão a pesquisa documental foi essencial bem como utilizou documentos escritos e impressos como vídeos, jornais, fotografia etc.

Para tanto será realizada uma pesquisa qualitativa, que segundo Silveira & Córdova (2009 p. 32) afirmam que a “pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Todavia, Gerhardt e Silveira (2009, p.

31), destacam que “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Ou seja, a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade dos participantes por meio das suas vivências, opiniões. Nesta linha de pensamento Flick (2013 p, 25), descreve que “uma das vantagens da pesquisa qualitativa é que uma análise detalhada e exata de alguns casos pode ser produzida, e os participantes têm muito mais liberdade para determinar o que é importante para eles e para apresentá-los em seus contextos”.

Já para Minayo, apud Silveira; Córdova (2009 p.32), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Deste modo, este método permite obter informações sem ter o contato físico com objeto de estudo.

Assim sendo, a metodologia a ser aplicada para o desenvolvimento dessa investigação enquadra-se em uma pesquisa bibliográfica, abordagem qualitativa e a pesquisa documental. Tendo em conta a natureza e diversidade da pesquisa, posteriormente nos atentaremos em realizar um estudo de caso tendo como lócus uma unidade escolar em que serão realizadas entrevistas para melhor compreensão da realidade escolar dessas crianças. Além disso, faremos uma pesquisa bibliográfica nos fornecerá informações de base para compreender a educação inclusiva em Angola, na província de Luanda. Assim sendo, conforme Boccato (2006):

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (BOCCATO, 2006, p. 266).

A pesquisa bibliográfica foi de grande importância para a construção deste projeto de pesquisa. Por meio dela foi possível reunir informações a partir material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos disponibilizados na internet.

6- CRONOGRAMA

ATIVIDADE	2019.2	2020.1	2021.1	2021.2
Escolha do tema	X			
Orientador		X	X	
Coleta de dados	X			
Análise e pesquisa		X		
Elaboração do projeto		X	X	
Redação			X	X
Revisão das normas de escrita				X
Entrega do projeto				X

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOLA. LEI N.º 13/01, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2001, I SÉRIE - N.º 65. LEI DE BASES DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO. Diário da República, Órgão Oficial da República de Angola, Luanda, 31 Dez, (2001). Disponível em: https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/angola_lei_de_educacao.pdf. Acessado em: 13 de Março de 2022, 10:37:34.

ARCANJO, Celina Isabel Andre. **Educação Inclusiva Da Criança Com Deficiência Visual No Município De Libolo, Província De Kwanza Sul – Angola**. Acarepe-Ceará, 2021.

BOCCATO, Vera Regina Casary. **Metodologia Da Pesquisa Bibliográfica Na Área Odontológica E O Artigo Científico Como Forma De Comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: Acesso em: 15/02/2022.

CANJEQUE, Elias. **A Problemática Da Inclusão Da Criança Com Necessidades Educativas Especiais Em Angola**. O caso de Moçâmedes - Uma reflexão psicossocial. 2018. **Dissertação** (Mestrado) – Faculdade Educação e Psicologia, universidade de Aveiro, Aveiro 2018.]

CHAMBAL, Luís Alfredo; RAFANTE, Heulália Charalo; SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. **A Educação Especial Em Angola, Moçambique E Brasil: Marcos Históricos E A Política De Educação Inclusiva Das Agências Multilaterais: Breve Perfil Histórico E Social Dos Países Envolvidos, A Educação Especial Em Angola, Moçambique E Brasil: Marcos Históricos E A Política De Educação Inclusiva Das Agências Multilaterais, Sorocaba- São Paulo, v. 1, n. 2, p.7-23, 25 out. 2015**

DARDES, Mariana de Cássia Mauro de Camargo Moraes. **Deficiente Visual – Uma Educação Inclusiva Ou Exclusiva?**. Revista Pandora Brasil Nº 24 – Novembro de 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução À Metodologia De Pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Método De Pesquisa**. 1ª edição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Editora da UFRGS, 2009.

GOLDENBERG, Miriam. **A Arte De Pesquisar: Como Fazer Pesquisa Qualitativa Em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2004.]

KARIMAS, Carmo Elisabete Cordeiro; BUZA, Alfredo Gabriel; MANUEL, Ivanilson de Jesus Domingos. **Integração E Inclusão No Sistema De Educação De Crianças Com Necessidade Educativas Especiais: Estudo De Caso Na Escola Do Ensino Primário Do Município De Belas – Luanda**. 2017.

LESSARD-HÉBERT, Michele et al. **Investigação Qualitativa: Fundamentos E Práticas**. Lisboa: Instituto PIAGET, 2008.

LUSTOSA, Francisca Geny; LUCIANO, Lucas. **Cenário Atual De Angola Em Face Da Implementação Da Educação Inclusiva**. In: **Xxv Simpósio Brasileiro/Ii Congresso Ibero-Americano De Política E Administração Da Educação. Jubileu Da Anpae**. São Paulo (SP). Cadernos ANPAE. PUCSP/FACED/PPGE, 2011.

Disponível em:

<https://anpae.org.br/simpósio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoes/Relatos/0197.pdf> Acessado em 16 de julho de 2021, 10:56:30.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos Da Metodologia Científica**. 5ª edição, São Paulo, Editora ATLAS S.A. – 2003.

NETO, Antenor de Oliveira Silva; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla; SANTOS, Vera Maria. **Educação Inclusiva: Uma Escola Para Todos**. In: Revista Educação Especial | v. 31 | n. 60 | p. 81-92 | jan./mar. 2018 Santa Maria Disponível em: Educação inclusiva: uma escola para todos <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X2409>.

NOGUEIRA, Lucilene Rosa Magalhães. **Educação Inclusiva No Brasil E No Paraguai**. Brasil, Porto Alegre: 1ª Edição. 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vigotsky: **Aprendizado E Desenvolvimento: Um Processo Sócio-Histórico**. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

SILVA, Natalí Sala da; OLIVEIRA, Thereza Cristina Bastos Costa de. **Convivendo Com A Diferença: A Inclusão Escolar De Alunos Com Deficiência Visual**. In: iii sies- Seminário sobre inclusão no ensino superior: o estudante cego e surdocego, 2012, londrina-pr. anais: iii sies- seminário sobre inclusão no ensino superior, 2012.

SILVA, Rosa; SILVA, António Carvalho da. **Um Olhar Sobre A Formação De Professores Em Angola**. In A. C. P. Ferreira (Org.), **II Colóquio Cabo-Verdiano De Educação – CEDU 2015: Políticas E Práxis Da Educação Nas Perspetivas E Em Contextos Pós-Coloniais (Pp. 241-251)**. Praia: Edições Uni-Cv.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CÓRDOVA Fernanda Peixoto, **Método Científico**. In: Método de pesquisa. 1ª edição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Editora da UFRGS, 2009. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> > Acessado em:
15/12/2021.

TCHANTCHALAM, Augusto; DOMINGOS, Januário Ernesto A.; GONÇALVES, Jose Betuel; N´GHALE, Nelson; CÁ, Lourenço Ocuni. **Educação Especial Em Angola, História E Políticas Públicas**. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/34186>. Acessado em 16 de julho de 2021, 10:50:30.

TCHINGONDUNDU, Isabel. **Educação Especial E Formação Inicial De Professores No Sistema Educativo Angolano: A Visão De Professores/Formadores E De Um Diretor De Uma Escola De Formação**. 2015. **Dissertação** (Mestrado) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, universidade do Porto, Porto, 2015.